O LUGAR DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA GEOGRAFIA

THE PLACE OF RACE RELATIONS IN GEOGRAPHY

EL LUGAR DE LAS RELACIONES RACIALES EN LA GEOGRAFÍA

JOANA CÉLIA DOS PASSOS
Docente no Departamento de Estudos Especializados em Educação do Centro de Ciências da Educação – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: passos.jc@gmail.com

AZÂNIA MAHIN ROMÃO NOGUEIRA
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: azaniarn@yahoo.com.br

* Artigo publicado em junho de 2018.

Resumo: A heterogeneidade racial e socioeconômica e a distribuição espacial da população brasileira ampliam a importância da geografia e a comprometem como campo de estudos a discutir a composição dos territórios negros e as espacialidades das desigualdades. Também contribuem com a visibilidade e o enfrentamento do racismo institucional e estrutural que permeia as relações sociais. Neste artigo, examinamos a produção do conhecimento acadêmico presente na revista *Terra Livre*, publicada pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), no período de 2003 a 2017, com a intenção de mapear estudos que abordem as questões raciais no Brasil a fim de analisar qual o lugar das relações étnico-raciais na geografia. Utilizamos como metodologia a análise de conteúdo. Embora os estudos encontrados sejam ínfimos, sem dúvida, contribuem para ampliar a percepção de estudantes e professores de geografia sobre as demandas dos afro-brasileiros, permitindo uma atuação na sociedade que contemple também as necessidades desta parte da população.

Palavras-chave: relações étnico-raciais, análise de conteúdo, revista Terra Livre, produção acadêmica.

Abstract: The racial and socioeconomic heterogeneity of the brazilian population and its spatial distribution extends the importance of geography and commits it as a field of study to discuss the composition of black territories and the spatialities of inequalities and contribute to the visibility and confrontation of institutional and structure racism that permeates social relations. In this sense, we examined the production of the academic knowledge present in the *Terra Livre* Magazine, published by the Association of Brazilian Geographers, from 2003 to 2017, with the intention of mapping studies that address racial issues in Brazil to analyze the place of racial relations in geography. We use as methodology the content analysis. Although very few articles were found, they undoubtedly contribute to broadening the perception of students and teachers of geography on afro-brazilians demands, thus allowing a performance in society that also contemplates the needs of this part of the population.
Keywords: race relations, content analysis, Terra Livre magazine, academic production.

Resumen: La heterogeneidad racial y socioeconómica y de la distribución espacial de la población brasileña amplían la importancia de la geografía y la comprometen como campo de estudios a discutir la composición de los territorios negros y las espacialidades de las desigualdades. También contribuyen con la visibilidad y lo enfrentamiento del racismo institucional y estructural que permean las relaciones sociales. En este artículo, examinamos la producción del conocimiento académico presente en la *revista* Terra Livre, publicada por la Asociación de los Geógrafos Brasileños, en el período desde 2003 hasta 2017, con la intención de mapear estudios que aborden las cuestiones raciales en Brasil para analizar cuál es el lugar de las relaciones raciales en la geografía. Utilizamos como metodología el análisis de contenido. Aunque los estudios encontrados sean ínfimos, sin duda contribuyen a ampliar la percepción de estudiantes y profesores de geografía sobre las demandas de los afro-brasileños, permitiendo una actuación en la sociedad que contemple también las necesidades de esa parte de la población.
Palabras clave: relaciones raciales, análisis de contenido, revista Terra Livre, producción acadêmica.

Introdução

O mito da democracia racial, por muito tempo, impediu uma discussão aprofundada sobre as relações étnico-raciais[1] na sociedade brasileira. A ausência deste debate acabou por naturalizar as desigualdades raciais, resultando numa "desracialização" das relações sociais brasileiras, o que reforçou o mito da democracia racial que buscamos superar.

A motivação deste artigo se deve à ausência, percebida por uma estudante negra, da abordagem racial[2] no currículo do curso de geografia de uma universidade federal, tanto na licenciatura quanto no bacharelado, e, posteriormente, no programa de pós-graduação, também em geografia, na mesma instituição. Durante sua trajetória acadêmica, em nenhum momento, a questão racial foi abordada, nas 35 disciplinas obrigatórias da licenciatura ou nas 23 disciplinas obrigatórias do bacharelado. Isto, considerando-se que 53,92% da população do país são compostos de autodeclarados negros3 (IBGE, 2015). O estudo limitou-se à compreensão geográfica da realidade brasileira.

Desta forma, é inegável que as relações étnico-raciais têm papel importante para a compreensão da sociedade brasileira e deveriam ser tópicos essenciais em disciplinas como Geografia da População, Geografia Rural, Geografia Urbana, Análise

[1] Utilizamos, neste artigo, a expressão étnico-racial para designar as questões concernentes à população negra brasileira. No entendimento de Gomes (2011), essa formulação demonstra que "para se compreender a realidade do negro brasileiro, não somente as características físicas e a classificação racial devem ser consideradas, mas também a dimensão simbólica, cultural territorial, mítica, política e identitária. Além disso, a política educacional assume em sua base legal esse conceito".

[2] Raça é considerada, neste artigo, uma construção social, política e cultural produzida nas relações sociais e de poder, ao longo do processo histórico. Não há nenhuma relação com uma possível abordagem biológica.

[3] Consideramos negra a somatória das pessoas autodeclaradas pretas e pardas, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ambiental, Geografia Regional do Brasil e Planejamento Regional e Urbano. O único esforço de real discussão referente às relações étnico-raciais, nos cinco anos de curso dessa aluna, veio do professor que ministrou a disciplina Geografia de Santa Catarina, que possibilitou um debate com a intenção de contribuir para a desconstrução da imagem midiática de que este estado – estatisticamente, o de menor proporção de negros e indígenas no Brasil – não teve a participação destes grupos étnicos no seu desenvolvimento econômico e cultural. Foi também desse professor que partiu a iniciativa de ministrar a disciplina optativa de Geografia da África, que passou a compor o currículo do curso, em 2015.

Focalizando o currículo das licenciaturas na perspectiva étnico-racial, é preciso considerar que a Lei Federal 10.639/03 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 e tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira Africana nos currículos escolares. Com esta lei, a perspectiva não é apenas a de uma adição de conteúdos nos currículos escolares, mas de uma reestruturação do ensino escolar, da produção acadêmica e das perspectivas teóricas das ciências como um todo. Não se trata de substituir a hegemonia dos conhecimentos de raiz europeia por conhecimentos exclusivos africanos, mas de considerá-los fundamentais para a ampliação do currículo escolar para a diversidade cultural, racial e econômica da população brasileira, possibilitando maior compreensão sobre a realidade do país (BRASIL, 2004). Mais do que novos conteúdos, é necessária a ressignificação daqueles já abordados no currículo, agora também se considerando a perspectiva da maioria da população, repensando as práticas sociais e pedagógicas, os procedimentos de ensino e as condições de aprendizagem ofertadas pelas instituições escolares.

O conceito de lugar, junto aos de paisagem, região, território e espaço, é essencial para a geografia, segundo Roberto Lobato Corrêa (1994). Este conceito passou por transformações

decorrentes das mudanças epistemológicas na ciência geográfica, ao longo da história. Foi na década de 1970 que o lugar ganhou uma estruturação conceitual como "espaço percebido e vivido, dotado de significado, e com base no qual desenvolvem-se e extraem-se os 'sentidos de lugar' e as 'imagens de lugar'" (SOUZA, 2013, p.114).

Apesar da pluralidade de definições, pode-se dizer que o lugar tem conexão direta com as relações sociais expressas no espaço. Considerando-se essa necessidade de pensar o lugar e as identidades e trocas simbólicas que o permeiam, nos propusemos, a partir da análise da produção na revista *Terra Livre*, perceber de que formas as relações étnico-raciais[4] se fazem presentes no discurso acadêmico hegemônico da geografia brasileira.

Nosso estudo foi realizado em 22 números da revista *Terra Livre*, periódico da Associação de Geógrafos do Brasil (AGB), publicados entre os anos de 2003 e 2017. Este intervalo temporal foi escolhido por compreendermos que, neste período, houve uma intensificação da luta antirracista no Brasil, motivada pelas deliberações da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001. Esta conferência resultou em políticas de promoção da igualdade racial no Brasil, como: a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; a criação, no âmbito do Ministério da Educação, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD); a aprovação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatórias a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; as ações afirmativas no ensino superior; o Programa Brasil Quilombola e a aprovação

[4] Apesar de compreendermos que as relações étnico-raciais não devem ser marcadas pela oposição binária, e sim pela diversidade, este estudo está focado na população negra, não ignorando o fato de que ela não é a única a ser afetada pelo racismo, na sociedade brasileira.

do Estatuto da Igualdade Racial no Congresso Nacional, medidas advindas da luta histórica do movimento negro.

A intensificação de políticas antirracistas tem se refletido na produção científica de modo mais amplo. Nesse sentido, o que se procura neste artigo é identificar como esse contexto tem influenciado os estudos e pesquisas na geografia, sendo que as questões raciais se colocam como demandas da sociedade brasileira.

Reconhecemos que a utilização de uma única fonte para o levantamento realizado limita, em alguma medida, nosso campo de análise, mas é preciso considerar que a revista *Terra Livre* se constitui em um lugar mais do que reconhecido e legítimo para as discussões dessa área. A AGB, que possui como diferencial o fato de ter como sócios tanto profissionais quanto estudantes, está diretamente associada à construção do pensamento geográfico brasileiro, de forma que a utilização de sua plataforma de produção científica assente a importância desta associação.

As relações étnico-raciais: desafios à geografia

A geografia, bem como as demais ciências, é constantemente desafiada pelas demandas da sociedade, que se modificam de acordo com os diferentes processos sociais. A crise do paradigma moderno, que se acelerou a partir do século XX, como apontado por Boaventura de Sousa Santos (1988), provocou o questionamento, fomentado por fenômenos sociais diversos, à hegemonia do conhecimento nas ciências. No caso da geografia, ciência que tem como objeto conhecer e compreender o espaço geográfico e as relações sociais que nele se desenvolvem, vale questionar em que medida os conhecimentos têm incorporado as questões raciais para a compreensão deste espaço.

Nesse sentido, a questão racial, que abarca desde a luta da população quilombola pelo direito à terra até a luta pelas ações afirmativas, é um dos elementos que, atualmente, e mais do que

nunca, desafiam a geografia a romper com o eurocentrismo ainda presente em sua estrutura (PORTO-GONÇALVES, 2007). A perspectiva exclusivamente eurocêntrica descarta a possibilidade da existência de outras racionalidades epistêmicas e de conhecimentos que não os seus: homens brancos, europeus, heterossexuais e cristãos; e esconde o que herdou das civilizações africanas, por exemplo.

A heterogeneidade racial, socioeconômica e a distribuição espacial da população brasileira ampliam a importância da geografia e a comprometem como campo de estudos para discutir a composição dos territórios negros e as espacialidades das desigualdades, contribuindo com a visibilidade e o enfrentamento do racismo institucional e estrutural que permeiam as relações sociais. A própria discussão sobre a presença negra na universidade, após a implantação das políticas afirmativas, pode fomentar estudos no campo da geografia, de modo a analisar as novas configurações espaciais e territorialidades do espaço acadêmico.[5] Pois, como afirmou o pesquisador Renato Emerson dos Santos, "as relações raciais grafam o espaço, constituem-se no espaço e com o espaço" (SANTOS, 2012, p. 38). O que indica que o campus universitário se modifica com a chegada de novos personagens que, até então, não habitavam este espaço.

No entanto, Diogo Cirqueira e Gabriel Corrêa afirmaram que

> Na própria geografia, temos produções sobre a temática racial, contudo, estas parecem ter sido invisibilizadas ou desconsideradas no interior desta ciência. Um exemplo é a produção de Milton Santos sobre esse assunto. Sua contribuição ao pensamento geográfico e suas teorias sobre o espaço são bastante recordadas, mas pouco se discute a problematização sobre a questão étnico-racial que este fez ao longo de sua trajetória intelectual – cujos trabalhos da década de 50 já tratavam desse tema (CIRQUEIRA, CORRÊA, 2014, p. 42).

[5] A esse respeito, consultar Vaz e Vaz (2011) e Ratts (2014).

Para Santos, em *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil*,

> O silenciamento por parte da academia brasileira em relação a esses temas tem impacto inclusive sobre a própria trajetória acadêmica dos estudantes – negros e não negros – que têm interesse em desenvolver tais temas (SANTOS, 2007, p. 15).

Isso implica em trajetórias como a que explicitamos anteriormente, em que se acreditou ser possível, na academia, discutir sobre população, desenvolvimento rural e planejamento urbano, por exemplo, sem debater as implicações das relações étnico-raciais nestes temas. A questão racial deve ser vista como estruturante pela geografia, de maneira geral, mas especialmente pela geografia brasileira, considerando a formação de nossa sociedade.

Importa destacar que, nesse contexto ainda de silêncios, existem aqueles que resistem e se destacam ao discutir as questões raciais na geografia. Entre eles, evidenciamos: Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (1998, 1999, 2004, 2005, 2014); Renato Emerson dos Santos (2007, 2010, 2012, 2014); Alecsandro José Prudêncio Ratts (2009, 2010, 2014); Andrelino de Oliveira Campos (2010, 2012, 2013) e Antônia dos Santos Garcia (2006, 2007, 2009).

Considerando o papel social da geografia no empoderamento dos indivíduos para a construção de sua identidade, de seu posicionamento e para sua atuação no mundo, a ausência da discussão sobre as relações étnico-raciais neste campo contribui para a invisibilidade dos negros e de suas questões na sociedade.

As relações étnico-raciais na revista *Terra Livre*

A revista *Terra Livre*, criada em 1986, é uma publicação semestral, e se constitui no principal fórum de socialização de

trabalhos da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB).[6] Com 52 volumes apresentados até o segundo semestre de 2017, esta revista se organiza em temas, como Geografias da Natureza e Geografia e Ensino, em que se apresentam artigos, notas de pesquisa e resenhas. A revista, até o presente momento, não publicou uma edição dedicada às questões raciais. Os artigos analisados, no presente trabalho, como apresentado adiante, foram encontrados em quatro números: *A geografia no tempo de novos conhecimentos* (2007), *Os discursos e as práticas geográficas* (2009), *Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperança* (2010) e *(Qual) é o fim do ensino de geografia?* (2015).

Utilizamos como metodologia a análise de conteúdo, considerada por Bardin (1979) como um conjunto de técnicas que resulta em indicadores obtidos por procedimentos sistemáticos que possibilitam a "inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens" (BARDIN, 1979 apud NUNES et al., 2008, p. 7).

A análise de conteúdo pode ser quantitativa ou qualitativa. No primeiro caso, a categorização das unidades de texto presentes no meio de expressão do indivíduo se dá pela frequência, enquanto na qualitativa se "considera a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou conjunto de características num determinado fragmento da mensagem" (PUGLISI; FRANCO, 2005 apud NUNES et al., 2008, p. 3).

Apesar de reconhecer que a análise de conteúdo não pode ser desenvolvida com base em um modelo exato, NUNES *et al.*

[6] Segundo a própria AGB, esta associação se constitui numa "entidade civil, sem fins lucrativos, que reúne geógrafos, professores e estudantes de geografia preocupados com a promoção do conhecimento científico, filosófico, ético, político e técnico da geografia para que se possa oferecer à crítica da sociedade uma abordagem geograficamente consistente dos seus/nossos problemas, com o intuito de aperfeiçoar do debate científico da geografia e que se interessam pelo desenvolvimento de alternativas e iniciativas de promoção do bem-estar social" (https://www.agb.org.br/agb/#historia).

(2008) organizaram o processo operacional da análise em três etapas:

a) a pré-análise: também chamada pelos autores de "fase de organização e sistematização das ideias", corresponde ao momento em que selecionamos os documentos que foram analisados, bem como os objetivos da pesquisa em relação a eles, e a elaboração de indicadores que orientaram a interpretação final;

b) a exploração do material: após definirmos o intervalo temporal em que o estudo seria realizado, fomos ao acervo virtual da revista, mantido pela AGB, onde estão disponíveis 22 números deste período. Nesse intervalo, foram publicados 196 artigos. A partir da análise dos títulos dos artigos nos sumários das edições selecionadas e seus respectivos resumos, concluímos que, destes, apenas cinco abordavam a questão racial tendo os negros como foco, ou seja, pouco mais de 2,5% do total;

c) o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação: ao analisarmos as 22 edições da revista *Terra Livre*, constatamos que apenas quatro números abrigavam artigos que tratavam da questão racial: no número 29 (publicado em 2007), foi encontrado um artigo; no número 32 (publicado em 2009), também foi encontrado um artigo; no número 34 (publicado em 2010), foram encontrados dois artigos; e no número 45 (publicado em 2015), foi encontrado um artigo, como apresentado na tabela abaixo:

Autores/as	Título do artigo	Edição da *Terra Livre*
Maria Tereza Paes Luchiari Isabel Araujo Isoldi	Identidade territorial quilombola – uma abordagem geográfica a partir da comunidade Caçandoca (Ubatuba/SP)	Ano 23, v. 2, n. 29, pág. 163-180 (2007)
Jucélia Bispo dos Santos	Território e identidade: uma análise da comunidade quilombola da Olaria em Irará, Bahia	Ano 25, v. 1, n. 32, pág. 153-172 (2009)
Alex Ratts	Geografia, relações étnico-raciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino	Ano 26, v. 1, n. 34, pág. 125-140 (2010)
Renato Emerson dos Santos	Ensino de geografia e currículo: questões a partir da Lei 10.639	Ano 26, v. 1, n. 34, pág. 141-160 (2010)
Edimilson A. Mota	O livro didático: do determinismo geográfico de Delgado de Carvalho à educação das relações étnico-raciais	Ano 30, v. 2, n. 45, pág. 174-196 (2015)

No primeiro artigo, de autoria de Maria Tereza Paes Luchiari e Isabel Araujo Isoldi, intitulado "Identidade territorial quilombola – uma abordagem geográfica a partir da comunidade Caçandoca (Ubatuba/SP)", as autoras analisaram o processo de titulação coletiva de terras quilombolas a partir da comunidade da Caçandoca, localizada no município de Ubatuba, em São Paulo, discutindo a identidade territorial destes grupos. Para isso, se utilizaram de entrevistas na comunidade e da análise documental do processo de titulação.

Luchiari e Isoldi (2007, p. 164) apontaram que as relações de poder do passado colonial e escravista brasileiro ainda estão presentes nas questões raciais cotidianas, que "[...] são evidenciadas por processos dinâmicos de opressão e resistência que, durante a história da formação da nação brasileira,

resultaram em diversas formas de relações sociais", como os quilombos.

A percepção de que o racismo é uma das principais formas por meio das quais o poder se manifesta na sociedade brasileira – sendo assim, é também um dos principais fatores para a presente desigualdade socioespacial – é essencial para se repensarem as fundamentações da geografia brasileira. Esta ainda tem seu discurso hegemônico fortemente embasado no marxismo dialético, que tende ver a luta de classes como elemento principal de análise, considerando os demais fatores, tais quais raça e gênero, como secundários.

O reconhecimento tardio da propriedade definitiva das terras quilombolas, somente garantido pela Constituição Federal de 1988 (cem anos após a abolição da escravatura), segundo Luchiari e Isoldi (2007), ressignifica a identidade cultural dos grupos que ocupam estes territórios. Além disso, traz à tona o debate acerca do valor do espaço, considerando os embates que se iniciaram nos anos 1980 e permanecem até os dias atuais, em que os interesses do capital e do Estado vão de encontro ao direito dos quilombolas, assegurado somente graças à luta deste grupo, que ainda sofre com expulsões de seus territórios e com o racismo ambiental. Mais uma vez, as relações de poder que permeiam a sociedade brasileira mostram de que forma atuam na formação socioespacial.

A partir de Milton Santos (2004), Maria Tereza Paes Luchiari (1999), Claude Raffestin (1993), Mathias Le Bossé (2004) e Edward Soja (1971), Luchiari e Isoldi discutiram conceitos de lugar, território e territorialidades, apontando que

> [...] a territorialidade evidencia e caracteriza a maneira como uma sociedade se apropria do território, a partir de concepções e racionalidades próprias que, muitas vezes, se colocam em oposição ou em contradição a outros grupos sociais ou sociedades. Neste processo, há de se levar em conta os lugares como motor e suporte da formação de identidades culturais. O lugar é constituinte da vida dos indivíduos e dos grupos, e por isso influencia e até mesmo

> produz, tanto subjetivamente como objetivamente, identidades culturais e sociais (BOSSÉ, 2004). O uso e a ocupação de determinado território são fundamentais na formação da identidade cultural (LUCHIARI, ISOLDI, 2007, p. 167).

Nesse contexto, Luchiari e Isoldi (2007) abordaram as territorialidades quilombolas e o Estado, indicando que a posse da terra pelos negros, no período imediatamente após a abolição, em sua maioria, não era consequência de uma titulação formal. Para elas, este grupo racial não fora integrado ao sistema produtivo, com o fim da escravidão. Sendo assim, seu acesso à terra pela formalização legal era dificultado. A partir da década de 1960,

> A modernização do território promovida pelo governo militar e também a expansão do capital urbano atingiram diretamente o modo de vida de comunidades tradicionais em geral, incluindo caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, entre outras (LUCHIARI, ISOLDI, 2007, p. 169).

Essas comunidades passaram a sofrer diversas violências que resultam, até os dias atuais, em conflitos e expulsões dessas populações de seus territórios.[7] São estes conflitos fundiários que mobilizam as comunidades quilombolas na reivindicação de seus direitos. As questões relativas à identidade surgem da necessidade de enquadramento dos conceitos presentes na legislação.

A comunidade analisada pelas pesquisadoras citadas, que já abrigou 800 pessoas, sofreu com expulsões e outros conflitos devido à disputa territorial resultante da expansão do capital e da

[7] O direito dos quilombolas à terra é assegurado pela Constituição Federal e regulamentado pelo Decreto 4.887, de 2003. Em 2004, o texto teve a sua constitucionalidade questionada no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), que contesta os critérios estabelecidos pelo decreto, como a autoidentificação, que permite a uma comunidade se declarar como quilombola. Nesse contexto, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre janeiro e maio de 2017, no Brasil, aconteceram 37 assassinatos em conflitos por terra.

mecanização da agricultura. Outra questão levantada pelas autoras é o direito à educação, visto que as escolas que atendiam à comunidade foram fechadas, na década de 1990, fazendo com que os alunos se desloquem por grandes distâncias para frequentar escolas que "não estão preparadas para tratar da realidade dos alunos da Caçandoca" (LUCHIARI, ISOLDI, 2007, p. 173).

Nesse sentido, consideramos fundamental que a geografia compreenda seu papel na "construção de referenciais posicionais do indivíduo no mundo" (SANTOS, 2007, p. 25), tratando, portanto, não apenas das coordenadas geográficas que nos localizam, mas também situando esses indivíduos perante sua condição social, política, econômica, de gênero e geracional, entre outras, e mostrando o que significa ocupar esses lugares. Dessa forma, uma geografia que não compreende a realidade de seus estudantes e, por conseguinte, não percebe de que formas eles enxergam e são vistos pela sociedade, não cumpre seu papel social.

O referido artigo aponta que leis ambientais também se tornaram um impedimento para a comunidade pesquisada, por proibirem a atividade agrícola em Caçandoca, a principal atividade da antiga estrutura social do quilombo. Responsabilizar ou prejudicar ambientalmente certos grupos raciais, desconsiderando práticas culturais, é o mecanismo conhecido como racismo ambiental. Este aspecto, e os conflitos fundiários, são os elementos principais que causaram a mudança no estilo de vida dessas pessoas, muitas delas migrando para as cidades em busca de outras oportunidades. Com frequência, as dificuldades enfrentadas pelos quilombolas são produto de uma compreensão errônea do senso comum de que "as comunidades negras remanescentes de quilombo remontam ao passado, representando resquícios insignificantes de uma história que deve ser esquecida" (LUCHIARI, ISOLDI, 2007, p. 170).

Luchiari e Isoldi (2007, p. 178) concluem seu artigo afirmando que a luta quilombola é, na verdade, uma "luta pelo direito à cidadania". Nesse sentido, nos lembramos do que Milton

Santos afirmou: que cada indivíduo "vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território" (SANTOS, 1987, p. 81). O valor dos quilombolas como cidadãos está intimamente relacionado ao valor do território que eles ocupam e vice-versa. A proteção dos direitos dessa população não é a simples preservação de um grupo ameaçado pelo racismo, mas a garantia de que esses brasileiros terão suas cidadanias asseguradas.

O segundo artigo aqui analisado, "Território e identidade: uma análise da comunidade quilombola da Olaria em Irará, Bahia", foi escrito por Jucélia Bispo dos Santos, que também refletiu sobre território e identidade quilombola a partir da análise de uma comunidade específica, neste caso, a comunidade quilombola da Olaria, localizada no município de Irará, na Bahia.

A partir da análise de dados censitários, este estudo apontou que a população negra (grupo numericamente majoritário, no estado da Bahia) habita espaços segregados nas periferias. A comunidade pesquisada é um exemplo destes espaços, tendo sido reconhecida como um remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares, órgão federal vinculado ao Ministério da Cultura, que, entre outras funções, formaliza a existência das comunidades quilombolas, o primeiro passo no longo processo de titulação dos territórios. Em 2003, com o Decreto Presidencial 4.887, os processos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras quilombolas passaram a ser regulamentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Jucélia Bispo dos Santos também tratou da questão legal e do papel do Estado no reconhecimento do direito à terra. Discutiu o que são os quilombos e, a partir de Lourdes de Fátima Carril (2003) e Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (1999), abordou a segregação racial e os territórios quilombolas. Esta autora afirmou que o conceito de quilombo e suas derivações nasceram no âmbito jurídico-constitucional e, dentro da perspectiva histórica

hegemônica até a atualidade, apresentam uma "significação presa ao passado remoto de nossa história, ligado exclusivamente ao período no qual houve escravidão no Brasil" (SANTOS, 2009, p. 155). Ela apontou outras interpretações acerca de quilombos, no Brasil, que percebem esses territórios não apenas como esconderijos, mas como espaços de resistência e também de relações sociais e econômicas com o seu redor, como mostraram os autores João José Reis e Flávio José Gomes (1996).

A partir de toda a complexidade presente no conceito de quilombo e, consequentemente, de quilombola, Jucélia Bispo dos Santos (2009) discutiu a situação da comunidade estudada, onde os moradores não se reconheciam como quilombolas, considerando os sentidos jurídicos ou políticos deste conceito. Santos apontou que elementos internos e externos foram essenciais na construção da identidade dessas pessoas, que sofriam com o racismo praticado pelos moradores de comunidades vizinhas. Os conflitos próprios desse processo de construção incluíam a rejeição de certos elementos (como, no caso, a etnicidade) e a valorização de outros.

Este aspecto nos leva ao ponto seguinte do artigo, em que a autora relaciona a exclusão quilombola com o "projeto de europeização do mundo" (SANTOS, 2009, p. 165), e em que, mesmo com o fim da colonização, a mentalidade das elites sociais permanece, inferiorizando a população negra. Na mesma linha das autoras do artigo anterior analisado, Santos apontou como as relações de poder estabelecidas na época colonial vigem, ainda na atualidade, considerando-se a questão racial.

Para Santos (2009), seu contato com a população durante a pesquisa influenciou a comunidade a se articular e a se empoderar no processo de reafirmação de sua identidade, considerando que "a identidade quilombola, no discurso político, tem de ser forjada com eles (os oprimidos quilombolas) e não para eles, enquanto homens, ou povos" (SANTOS, 2009, p. 168). Ela encerrou seu artigo afirmando que "a pesquisa que articula a metodologia descolonial não pode exercer um papel imparcial,

mas, sim, criar um espaço para discussão e luta pela mudança" (SANTOS, 2009, p. 171), consciente de que este deve ser o papel da academia em geral, isto é, o de ser um instrumento de mudança para uma sociedade igualitária. Dois anos após a publicação deste artigo, a comunidade quilombola da Olaria foi titulada pelo INCRA.

É importante pontuar que os dois artigos analisados até então ("Identidade territorial quilombola – uma abordagem geográfica a partir da comunidade Caçandoca (Ubatuba/SP)", de Maria Tereza Paes Luchiari e Isabel Araujo Isoldi, e "Território e identidade: uma análise da comunidade quilombola da Olaria em Irará, Bahia", de Jucélia Bispo dos Santos) trazem como tema central quilombos, o que não necessariamente contém um debate acerca das relações étnico-raciais. Porém, sendo os quilombos resultados das relações étnico-raciais no Brasil, acreditamos que esses trabalhos possam integrar as discussões sobre estas na geografia, pensando nas formas de resistência frente às assimetrias de poder nestas relações.

O artigo seguinte a ser analisado é o de Alex Ratts, e se intitula "Geografia, relações étnico-raciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino". Nele, por intermédio de Moraes (1988), Ratts dissertou sobre como o mito da democracia racial na sociedade brasileira influenciou a "ideologia geográfica" que permeia as interpretações da sociedade brasileira. Ainda na introdução, Ratts abordou propostas acadêmicas e políticas para o enfrentamento das desigualdades raciais, como a Lei 10.639/03, e afirmou que o "crescimento do interesse acerca desses temas conquanto tem implicações diretas na reinterpretação da formação étnica, racial, social e territorial brasileira" (RATTS, 2010, p. 126), demonstrando a importância de uma nova interpretação que considere a relevância da raça como categoria analítica para compreender as relações sociais brasileiras.

Ratts tratou das transformações sociais que ocorreram desde o século XV e seus efeitos na geografia até a preponderância do paradigma crítico, nos anos 1970, quando alguns trabalhos, como os de Milton Santos (1987) e de Márcia Spyer Resende (1986), tocaram, direta ou indiretamente, na questão racial. Um aspecto importante levantado por Ratts pode explicar a razão pela qual a questão racial ainda é pouco abordada na geografia. Afirmou ele:

> As questões [raciais] contidas nestes trabalhos têm pouca ressonância nos debates geográficos e, em específico, no ensino de geografia, em face do primado de certas leituras do marxismo em que a classe social é considerada a principal variável, senão única, da desigualdade socioespacial. Além disso, na análise do conflito entre capital e trabalho, havia pouca ou nenhuma condição de incluir a variável raça, mesmo se tratando de uma sociedade como a brasileira, em que as relações de trabalho restauraram uma forma pré-capitalista de produção como o escravismo, apoiada, sobretudo, na mão de obra africana e afrodescendente (RATTS, 2010, p. 128).

Ratts (2010) mostrou que o paradigma marxista, como matriz ideológica e teórica hegemônica que debate o pensamento político no Brasil, possui algumas limitações na compreensão da sociedade brasileira por não incluir, de forma mais equilibrada, as diferentes particularidades que influenciam a desigualdade socioespacial, como as relações étnico-raciais, de gênero, as regionalidades e tantas outras. Discutiu também a importância de se redesenhar o mapa étnico-racial brasileiro, representando a composição da população brasileira com mais fidelidade e expressando as diferenças provindas das relações étnico-raciais espacialmente, reconhecendo os territórios negros, indígenas e ciganos, entre outros. Esta reformulação do discurso geográfico, naturalmente, seria incorporada também nas práticas escolares e nos materiais didáticos.

Na sequência, Ratts (2010) discorreu sobre as ações afirmativas no Brasil, sua importância, origens, modalidades,

distribuição no território nacional e os desafios na sua implantação. Ele apontou que "as ações afirmativas, no entanto, não se resumem à modalidade cotas, pois compreendem políticas do conhecimento" (RATTS, 2010, p. 136). Ou seja, as mudanças esperadas, a partir da implantação dessas ações, vão além do aumento de estudantes negros e negras nas instituições de ensino superior. Espera-se uma reestruturação acadêmica, que considere a temática racial, não apenas na criação de novas disciplinas, mas na revisão das já existentes, garantindo que as mesmas reflitam em seus currículos a diversidade racial, cultural e de gênero, entre outras, presentes na sociedade brasileira.

E, por fim, abordou diversas possibilidades dos estudos geográficos na abordagem das questões raciais, em diversas escalas e múltiplas categorias geográficas, indo de planos transnacionais (utilizando categorias como mobilidade espacial) a planos locais (tratando de lugar e território). Ratts dialogou com geógrafos brasileiros contemporâneos que trabalhavam esta temática, como Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (Universidade de Brasília – UnB), Renato Emerson dos Santos e Andrelino Campos (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ), Maria de Fátima Ferreira Rodrigues (Universidade Federal da Paraíba – UFPB), Paulo Scarin (Universidade Federal do Espírito Santo – UFES) e Jeovah Meireles (Universidade Federal do Ceará – UFC), apontando as possibilidades das relações étnico-raciais na geografia. Ratts finalizou seu artigo ressaltando a importância da geografia no reconhecimento da diversidade e na reparação das desigualdades sociais.

O artigo "Ensino de geografia e currículo: questões a partir da Lei 10.639" foi escrito por Renato Emerson dos Santos. Nele, este autor tratou dos processos políticos que inseriram atores sociais anteriormente retirados da disputa pela educação escolar (como mulheres, negros, indígenas e classe trabalhadora), resultando em disputas curriculares, considerando que o currículo

é um instrumento político e, como tal, permeado por intencionalidades.

Santos (2010) propôs discutir a disputa na geografia acompanhando as práticas de cinco professores da rede pública da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, evidenciando que o objetivo de sua pesquisa era

> [...] pensar possibilidades de inserção e revisão de conteúdos trabalhados pela geografia, enquanto saber sobre o mundo, que constrói visões de mundo, de si e do outro, influenciando comportamentos nas relações raciais (SANTOS, 2010, p. 142).

Em seguida, discutiu a importância da geografia na formação humana e na reconstrução da sociedade, interpretando, conhecendo e agindo no mundo. Por isso, afirmou a importância de se considerarem as questões raciais nesse campo de estudo, por entender que a raça "é um elemento que regula as relações sociais, de alguma forma, suas manifestações estão imbricadas na geografia" (SANTOS, 2010, p. 144), por ser um componente da estruturação da sociedade e do espaço, criando diferentes hierarquias. Ele também se referiu às "geo-grafias do racismo e das relações raciais" (SANTOS, 2010, p. 144), em que o racismo se expressa no espaço, na constituição dos lugares.

Santos (2010) abordou a raça como conceito geográfico, visto que não a considera um conceito biológico, sendo uma identidade constituída por associações eminentemente geográficas. E foi além, falando sobre a relação entre a hierarquização de raças e a relação espaço-tempo e de como esta hierarquia é essencial para o capitalismo. Esse autor apontou, a partir de Grosfoguel, a necessidade de "'descolonizar' o conceito de capitalismo, conferindo a ele a complexidade do cruzamento de múltiplas formas de dominação e exploração que o caracterizam enquanto experiência social" (SANTOS, 2010, p. 148). A hierarquização racial é uma destas formas de dominação e exploração que constituem o capitalismo como experiência social.

Em seguida, o eurocentrismo na geografia foi o ponto principal. Santos discorreu sobre as tendências hegemônicas no ensino de geografia e como essas práticas podiam reproduzir ou romper com a reprodução do discurso discriminatório. O autor, então, colocou a Lei 10.639/03 como uma alternativa combativa ao eurocentrismo, pois esta não apenas inseria novos conteúdos, visibilizando as histórias e as culturas do povo negro, mas também revisava conteúdos com a mesma finalidade.

A partir disso, Santos apresentou seu projeto, em andamento desde 2008, com cinco professores de geografia. Nele, os professores analisavam o currículo praticado, construindo um temário em que estavam presentes assuntos trabalhados (ou não) por estes professores em suas aulas. E finalizou o artigo relembrando a importância de um ensino de geografia que "não hierarquize o mundo para legitimar a hierarquização de indivíduos e grupos neste mundo" (SANTOS, 2010, p. 157).

O último artigo examinado, "O livro didático: do determinismo geográfico de Delgado de Carvalho à educação das relações étnico-raciais", de Edimilson A. Mota, analisou, por meio de livros didáticos de geografia, o discurso geográfico referente às relações étnico-raciais. A partir da pesquisa documental com base em André e Lüdke (1986) como metodologia, este autor considerou o livro didático um documento.

Mota (2015) apontou a Lei 10.639/03 e o Parecer 03/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, como ferramentas para promover o "reconhecimento positivo do outro" (MOTA, 2015, p. 175), sendo a escola importante lócus para promover a mudança social necessária ao combate ao racismo.

Este autor observou também que o efeito do racismo na escola "tem exigido repensar teorias e práticas até então silenciadas pela pedagogia liberal em detrimento da diferença na igualdade" (MOTA, 2015, p. 176). Ele citou a aplicação das

ferramentas legais supracitadas no Programa Nacional do Livro Didático e no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação como formas de se repensarem conteúdos. Apresentou o determinismo geográfico presente nos livros didáticos de Delgado de Carvalho, publicados entre as décadas de 1930 e 1960, apontando que a representação do negro nestes livros se dava

> [...] como produto do meio natural, apresentando-o como o invisível e o sem cultura, reconhecido apenas pela mão de obra, numa representação que contribuiu para o desenvolvimento do sistema escravagista na formação do Brasil, sem fazer qualquer consideração relevante se comparado com o branco (MOTA, 2015, p. 178).

O paradigma determinista, além de discurso científico, foi também política de Estado, com os programas de eugenia, como apontado pelo autor, que sugeriu a hipótese de que a reprodução do racismo, nos dias atuais, possivelmente reflete a educação racista institucionalizada naquela época.

Já no final dos anos 1970, um novo paradigma passou a ser visto como discurso hegemônico, na geografia brasileira. A geografia crítica, como se tornou conhecida, segundo Mota, teria como prática pedagógica "explicar as contradições econômicas e sociais das coisas do espaço" (MOTA, 2015, p. 181), indo além da descrição do espaço.

Neste contexto, Mota passou a abordar autores contemporâneos de livros didáticos e a inserção de raça e renda em suas produções. Considerou raça "uma velha categoria, usada desde a Antiguidade, com fins de descrever geografias sobre os diferentes povos e suas identidades no mundo" (MOTA, 2015, p. 182), já dotada de caráter biológico, embasando teorias racialistas, e que, atualmente, possui nova forma na hierarquização da população racializada, em uma perspectiva histórico-racial.

Mota apontou que "no livro didático, raça é um conceito utilizado por muitos autores e escamoteado ou negado por outros"

(MOTA, 2015, p. 183). E mostrou, a partir de recortes textuais de livros, que o negro continua ocupando um lugar desigual.

Na última parte do seu artigo, discutiu a identidade como categoria social, assinalando que

> [...] a cor da pele como representação social ultrapassa as propriedades biológicas do homem. Como um marcador racial, ela agrega representações, linguagens e sentidos diversos pelos quais, se não houver uma identidade positiva construída, a pessoa se vê refletida nos estereótipos negativos e desenvolve um potencial para se vitimar na estereotipia dominante que a cerca (MOTA, 2015, p. 189).

Edimilson A. Mota (2015, p. 192) concluiu seu artigo defendendo que "'raça' e renda são indicadores que permitem cartografar a realidade social de uma sociedade, assim como revelar os seus avanços e contradições". Além disso, afirmou que não seriam necessários acréscimos de conteúdos ao currículo para tratar as relações étnico-raciais no ensino de geografia, mas, sim, questionar os conceitos e temas tratados e suas contribuições para a promoção da igualdade racial.

Onde estão e para onde podem ir as relações étnico-raciais na geografia?

Percebemos, ao fim desta análise, que, dos cinco trabalhos encontrados nas edições da revista *Terra Livre*, dois discutiram identidade e territorialidade negras a partir de estudos de caso de duas comunidades quilombolas. Os outros três abordaram a educação e o ensino de geografia a partir da Lei 10.639/03 e das políticas de ações afirmativas.

Notamos também que, em termos de referenciais utilizados para abordar conceitos comuns aos artigos, tanto Santos (2010) quanto Mota (2015) utilizaram Quijano (2005; 2007) para discutir raça, tratando o conceito numa perspectiva decolonial e

não biológica. Mota (2015), a partir de Quijano (2005), reforçou o papel da raça na hierarquização das pessoas.

Santos (2010), como mencionamos anteriormente, utilizou raça como conceito geográfico e apontou, também por intermédio de Quijano (2007), que, além de constituir identidades fundamentadas em referenciais espaciais, raça também é "instrumento de poder em diferentes escalas: intercontinental, com o eurocentramento do poder mundial" (SANTOS, 2010, p. 145).

Mota (2015) utilizou também Hall (2006) e Munanga (1999) para debater raça. A partir de Hall (2006), este autor apontou que "[...] é urgente trazer para o centro da produção do conhecimento, nos diversos níveis de ensino, o resgate do conceito de raça, visto que ele é um conceito que continua operando sob rasura" (MOTA, 2015, p. 193). Já com Munanga (1999), demarcou a perda do *status* biológico do pensamento racial a partir do século XX.

A identidade foi debatida por Luchiari e Isoldi (2007) como sendo construída a partir "de uma herança e pela preservação de um patrimônio sócio-histórico" (LUCHIARI, ISOLDI, 2007, p. 164). Por meio de Bossé (2004), estas autoras afirmaram ainda que os lugares são "motor e suporte da formação de identidades culturais" (LUCHIARI, ISOLDI, 2007, p. 164). Elas, portanto, associaram a identidade de indivíduos com os lugares que eles ocupavam, considerando as práticas sociais e históricas dos grupos pelas quais as identidades se afirmavam em dado espaço. Santos (2009), por sua vez, abordou especificamente identidades quilombolas, estas também fortemente associadas ao espaço ocupado pelos indivíduos. Esta autora afirmou que

> Presentemente, a identidade quilombola vem sendo discutida, no Brasil, a partir da necessidade de lutar pela terra. A consciência em torno da identidade quilombola constitui o critério fundamental para o reconhecimento de uma comunidade remanescente de quilombo (SANTOS, 2009, p. 157).

A partir de Anjos (2005), Santos apontou que os quilombos se definem justamente pelo compartilhamento de um território e de uma identidade. Assim sendo, tanto no trabalho de Luchiari e Isoldi (2007) quanto no de Santos (2009), está presente a ideia de construção dialética dos lugares e territórios e das identidades culturais.

Por intermédio desses conceitos, que são caros para as diversas correntes do pensamento negro na academia brasileira, os trabalhos abordaram, especialmente, o direito à terra e o direito à educação, historicamente negados aos negros, constituindo-se tais direitos nas principais bandeiras do movimento negro, por diversas gerações. Esses estudos, sem dúvida, contribuem para ampliar a percepção de estudantes e professores de geografia sobre as demandas dos afro-brasileiros, permitindo, assim, uma atuação na sociedade que contemple também as necessidades desta parte da população. Apesar dos avanços, conquistados especialmente pelos pesquisadores e pesquisadoras negros e negras engajados(as) nos estudos acerca das relações étnico-raciais e outros objetos de estudos correlatos, ainda são necessários focos de estudo em outras áreas, para que o campo da geografia contribua mais efetivamente com as demandas provindas das questões étnico-raciais.

Retomando ao silêncio quanto às relações étnico-raciais no discurso hegemônico geográfico, podemos pensar nas possibilidades de articulação destas relações com disciplinas presentes nos currículos de cursos de geografia pelo Brasil, como, por exemplo: a geografia urbana (especialmente no tocante ao planejamento urbano, considerando o direito à cidade e à moradia, territórios negros urbanos e plano diretor); a geografia da África (possibilitando um debate sobre este continente para além do viés colonialista da partilha); a geografia rural brasileira (considerando que a maior parte da população brasileira no campo é negra); a geografia da população brasileira e as causas e consequências das relações étnico-raciais em nossa sociedade. As disciplinas são parte importante do discurso hegemônico acadêmico da geografia, por,

ao integrarem o currículo, indicarem que tipo de geógrafo(a) estão formando.

É o discurso hegemônico também que determina o que é ou não considerado geografia, o que se reflete nas pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação. Nesse sentido, Cirqueira e Correa (2015), ao analisarem a produção acadêmica em programas de pós-graduação em geografia – portanto, em estudo mais amplo que o apresentado por nós neste artigo –, buscaram compreender como a geografia acadêmica se insere no debate das questões raciais. Estes autores identificaram 54 trabalhos, entre teses (13) e dissertações (41), e os organizaram em quatro tendências teórico-metodológicas de abordagem acerca do tema. São elas:

1) Espaço e relações étnico-raciais: a maioria dos trabalhos discutiu as questões étnico-raciais numa abordagem sociológica e as contribuições das categorias geográficas para melhor compreensão da temática. Neste caso, a segregação racial, as desigualdades raciais e sua materialização no espaço foram os temas principais.

2) Identidades e territorialidades negras: as pesquisas abordaram a formação, a organização e os conflitos presentes nos territórios negros. As questões quilombolas e seus processos de reconhecimento e resistência integraram esta tendência.

3) Geopolítica dos países africanos: estudos sobre os aspectos econômicos, políticos e culturais (modos de vida, conflitos) de países africanos e suas relações com o Brasil.

4) Territórios e manifestações culturais e religiosas: as pesquisas abordaram aspectos simbólicos e rituais que significam os espaços negros. As religiosidades se constituem no principal foco desta tendência.

Apontaram os autores que, embora a produção de teses e dissertações tenha aumentado entre 2002 a 2011, acompanhando o período da intensificação dos debates políticos sobre a questão étnico-racial, ainda há carência de sistematização com relação ao

que vem sendo produzido sobre este assunto na geografia brasileira.

Chamou a atenção dos autores a ausência de produção sobre a questão étnico-racial e a educação, considerando a alteração da LDB 9.394/96 pelas leis 10.639/03 e 11.645/08, que instituíram a obrigatoriedade do ensino e das culturas afro-brasileira, africana e indígena nos currículos escolares. Até porque, a partir destas normativas legais, foram construídos mecanismos diversos para assegurar sua implementação, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais; o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; o plano nacional para a implementação dessas diretrizes e a constituição dos Fóruns Estaduais de Educação e Diversidade Étnico-Racial. Destacaram-se também, nesse período, a criação e a expansão dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) no interior das universidades brasileiras e a criação da Associação Nacional de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN).

O que podemos perceber, com as produções existentes na revista *Terra Livre* e nos programas de pós-graduação em geografia, é que, apesar dos silêncios existentes no discurso hegemônico da geografia acadêmica (como, por exemplo, os currículos dos cursos de graduação), as discussões sobre as relações étnico-raciais existem e têm se fortalecido. É necessária, como apontaram Cirqueira e Correa (2015), uma sistematização do que vem sendo produzido e um esforço de superação das ausências, seja nos currículos ou nas áreas que demandam produção, para que a geografia possa interpretar a sociedade brasileira levando em consideração um de seus pilares fundadores: as relações étnico-raciais.

Considerações finais

Nossa intenção, neste artigo, foi investigar se a geografia tem incorporado as demandas da população negra em sua produção. José Jorge de Carvalho (2006, p. 88), no artigo intitulado "O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro", afirmou que "as cotas estão provocando um reposicionamento concreto das relações raciais no nosso meio acadêmico". Diante disso, questionamos se sinais deste reposicionamento são perceptíveis na geografia.

Num contexto de maior presença negra nas universidades, onde a ausência de espaços e discussões curriculares que focalizem as relações étnico-raciais traz prejuízos diversos, seja à compreensão mais ampliada da sociedade brasileira, seja à formação dos geógrafos que atuarão sem apreender as complexidades da realidade que pretendem transformar, é sintomática a baixa produção acadêmica geográfica que reflita as questões raciais na revista *Terra Livre*.

O 3o Encontro de Geógrafos, organizado pela AGB no ano de 1978, em Fortaleza, marcou uma ruptura epistemológica, adotando a chamada geografia crítica como discurso acadêmico hegemônico, que pretendia responder às mudanças sociais observadas na época. Poucos anos antes, em 1976, o geógrafo Yves Lacoste escreveu o livro *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, que teve um papel fundamental nessa transição. Nesta obra, ele afirmou:

> Foi apenas de alguns anos para cá que um certo número de geógrafos começou a tomar consciência dos problemas que coloca a geografia. Disso resultou uma sequência de reflexões sobre sua disciplina, mas todas camuflaram, até agora, o papel da geografia como instrumento político e militar (LACOSTE, 2005, p. 96).

Naquele momento, Lacoste já alertava sobre a necessidade da conscientização em relação à dicotomia da geografia e a importância de uma corrente científica que assumisse o papel social desta ciência. Porém, esta visão, que se

tornou hegemônica na geografia brasileira, ainda insiste em perceber somente a luta de classes como o único fenômeno que explica as diferenças sociais. Por isso, é importante visibilizarem-se os trabalhos realizados por pesquisadores e pesquisadoras que tratam dessa temática, direta ou indiretamente, mostrando a necessidade da interseção entre questões raciais e a geografia.

Considerando a formação socioespacial do Brasil, falar de classe sem falar de raça é negligenciar um dos aspectos estruturantes da classe. Além disso, é importante pontuar que a opção por não discutir as relações étnico-raciais, na geografia brasileira, não é ausente de intencionalidade política, como todas as demais escolhas acadêmicas. Tendo em vista que a academia, apesar das mudanças promovidas pelas ações afirmativas, permanece sendo um espaço branco, devemos refletir sobre a afirmação de Octavio Ianni (1987) de que, para o branco, é conveniente que a população negra não saiba quantos são, onde estão, como vivem e de que forma participam da renda, da cultura e das decisões políticas da sociedade. Ademais, quando os currículos dos cursos de geografia ignoram o papel das relações étnico-raciais no Brasil, formam profissionais que não têm uma compreensão real da sociedade do país onde irão atuar.

A superação desse cenário pode ser possível a partir da produção de intelectuais (negros ou não) engajados que percebam a questão racial como questão social, elaborando pesquisas que desafiem a reprodução do conhecimento hegemônico, articulando as vivências de sujeitos e movimentos até então considerados apenas objetos de pesquisa, amplificando outras vozes na academia, como sugeriram Nilma Lino Gomes (2010) e Boaventura de Souza Santos (2008). Além disso, é urgente que a geografia brasileira perceba as relações étnico-raciais não apenas como uma área de pesquisa, mas como eixo que perpassa esta ciência. Uma

vez reincorporadas[8] ao discurso acadêmico hegemônico da geografia, as relações étnico-raciais se farão presentes na produção acadêmica, nos currículos dos cursos de instituições de ensino superior, nas temáticas dos eventos da área, nas publicações em livros e periódicos, e, também, nas produções e nas linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação.

A prática acadêmica não deve ficar restrita aos muros das universidades. Portanto, um conhecimento construído com real percepção da constituição e das demandas da sociedade brasileira pode embasar a ação do Estado, ao fundamentar, por exemplo, políticas públicas que venham a contribuir com a luta antirracista. Uma geografia que se proponha a romper com o sistema hegemônico excludente, contribuindo para uma sociedade mais igualitária, precisa romper também com a estrutura eurocêntrica que tanto invisibiliza e segrega.

Referências bibliográficas

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. "A África, a educação brasileira e a geografia." In: SECAD-MEC (org.). *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília-DF: MEC/BID/UNESCO, v. 1, 2005, p. 167-184.

_____. "A geografia, a África e os negros brasileiros." In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola.* 2ª ed. Brasília: Ministério da Educação, v. 1, 2005, p. 173-184.

_____. "A geografia, os negros e a diversidade cultural". In: LIMA, Ivan Costa; ROMÃO, Jeruse; SILVEIRA, Sônia Maria (orgs.). *Os negros, os conteúdos e a diversidade cultural II.* 1ª ed. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros – NEN, v. 1, 1998, p. 93-106.

[8] Diogo Marçal Cirqueira (2005) investigou as inscrições da racialidade no pensamento geográfico, entre 1880 e 1930, apontando a presença da raça como conceito analítico presente na geografia desde sua formação moderna-colonial, na qual as leituras racializadas eram incorporadas às discussões de espaço.

_____. *Atlas geográfico ÁFRICABRASIL*. 1ª ed. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, v. 1, 2014, 104 p.

_____. "Distribuição espacial das comunidades remanescentes de quilombos do Brasil." In: Editora da Universidade de Brasília (org.). *Humanidades: consciência negra*. Brasília, DF: Editora UnB, v. 47, 1999, p. 87-98.

_____. "Estruturas básicas da dinâmica territorial no DF." In: PAVIANI, A.; GOUVÊA, L. A. C. (orgs.). *Brasília: controvérsias ambientais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v. 1, 2004, p. 199-215.

_____. *Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil: primeira configuração espacial*. Edição do autor, Brasília, 1999.

BOSSÉ, Mathias Le. "As questões de identidades em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas." In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). *Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004, p. 157-179.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. MEC/SECAD. 2005.

CAMPOS, Andrelino de Oliveira. *Do quilombo à favela: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 500, 2010.

_____. "Entre a pessoa e o sujeito do conhecimento: algumas considerações sobre o movimento negro no contexto socioespacial." In: OLIVEIRA, Reinaldo José de (org.). *A cidade e o negro no Brasil: cidadania e território*. 1ª ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, v. 1, 2013, p. 231-266.

_____. "Questões étnico-raciais no contexto da segregação socioespacial na produção do espaço urbano brasileiro: algumas questões teórico-metodológicas." In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). *Questões urbanas e racismo.* 1ª ed. Petrópolis: DP *et alii.* Editora Ltda/ABPN/Ford Foundation/Oxfam, v. 1, 2012, p. 66-102.

CARRIL, Lourdes de Fátima B. *Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania.* Tese (Doutorado em Geografia). USP, São Paulo, 2003.

CARVALHO, José Jorge. "O confinamento racial do mundo

acadêmico brasileiro." In: Revista USP, São Paulo, n. 68, dezembro/fevereiro 2005-2006, p. 88-103.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal; CORRÊA, Gabriel Siqueira. "Questão étnico-racial na geografia brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações." In: *Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia* (Anpege), v. 10, n. 13, jan-jun. 2014, p. 29-58.

GARCIA, Antonia dos Santos. *As mulheres da Cidade d'Oxum: relações de gênero, raça e classe e a organização espacial do movimento de bairro de Salvador*. 1ª ed. Salvador: EDUFBA, v. 500, 2006, 256p.

_____. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade D'Oxum, Rio de Janeiro, cidade de Ogum.* Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____; BARRETO, J. N.; CUNHA Jr., H.; DAMIÃO, F. J.; RAMOS, M. E. R; OLIVEIRA, N. O. "Desigualdades raciais e urbanas em Bangu: de senzala a vila operária, de vila operária a bairro Cidade Negra." In: CUNHA JR., Henrique; RAMOS, Maria Estela Rocha (orgs.). *Espaço urbano e afrodescendência*. 1ª ed. Fortaleza: UFC Edições, v. 1, 2007, p. 11-206.

GOMES, Nilma Lino. *Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03*. Gelédes. Disponível em: https://www.geledes.org.br/educacao-relacoes-etnico-raciais-e-lei-10-63903-2/

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

ISOLDI, Isabel Araújo; LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. "Identidade territorial quilombola: uma abordagem geográfica a partir da comunidade Caçandoca, Ubatuba/SP." In: *Revista Terra Livre*, Ano 23, v. 2, n. 29. Ago-dez, 2007. Disponível em: https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/246 Acesso em: 18 jun. 2014.

LACOSTE, Yves. *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.* 10ª ed. Campinas: Papirus, 2005.

NUNES, Aline Vieira de Lima *et al*. "Análise de conteúdo: olhar da técnica sobre o preconceito racial no Brasil." In: *Psicologia.com.pt* Newsletter, 201, 1-26, 2008. Disponível em: http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0443.pdf Acesso em: 18 maio 2014.

LUCHIARI, Maria Tereza Paes. *O lugar no mundo*

contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1999, 218p.

MOTA, Edimilson A. "O livro didático: do determinismo geográfico de Delgado de Carvalho à educação das relações étnico-raciais." In: *Revista Terra Livre.* Ano 30, v. 2, n. 45, pp. 174-196, 2015. Disponível em: http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/618/904 Acesso em: 25 out. 2017.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. "Prefácio". In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil.* Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 7-11.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina." In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* ColecciónSurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005, pp. 227-278. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf

_____. "O que é essa tal de raça?". In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.) *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro no ensino de geografia*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2007.

RATTS, Alex. "Gênero, raça e espaço: uma abordagem da trajetória de mulheres negras." In: SILVA, Maria das Graças S. Nascimento; SILVA, Joseli Maria (org.). *Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial*. 1ª ed. Ponta Grossa: Toda Palavra, v. 1, 2014, p. 333-354.

_____. "Geografia, relações étnico-raciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino." In: *Revista Terra Livre*. Ano 26, v. 1, n. 34, p. 125-140. 2010. Disponível em: http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/314 Acesso em: 25 jun. 2014.

_____. *Traços étnicos: espacialidades e culturas negras e indígenas*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, v. 1, 2009, 140p.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.* São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

REVISTA TERRA LIVRE. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros. Disponível em: http://www.agb.org.br/index.php/revista-terra-livre Acesso em: 20 maio 2014.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. "Território e identidade: uma análise da comunidade quilombola de Olaria em Irará, Bahia." In: *Revista Terra Livre*. Ano 25, v. 1, n. 32, p. 153-172, 2010. Disponível em: http://www.agb.org.br/files/TL_N32.pdf Acesso em: 18 jun. 2014.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2004.

SANTOS, Renato Emerson dos. "Apresentação." In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil.* Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 13-17.

_____. (org.). *Questões urbanas e racismo*. 1ª ed. Petrópolis: DP et alii /ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores Negros), v. 1, 2012.

_____. "Ensino de geografia e currículo: questões a partir da Lei 10.639." In: *Revista Terra Livre*, v. 1, p. 141-160, 2010.

_____. "O ensino de geografia e a Lei 10.639: algumas discussões de currículo." In: SACRAMENTO, Ana Cláudia Ramos; ANTUNES, Charlles da França; SANTANNA FILHO, Manoel Martins de (orgs.). *Ensino de geografia: produção do espaço e processos formativos.* 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequencia/FAPERJ, v. 1, 2014, p. 82-99.

SOJA, Edward. *The political organization of space.* Washington: Association of American Geographers, 1971.

VAZ, Leandro F; VAZ, Nádia Maria Farias. "Uma geografia das ações afirmativas no ensino superior – território, espaço e racismo 'à brasileira'". In: *Anais do Simpósio Nacional Espaço, Economia e Políticas Públicas*. Anápolis: UFG, 2011. Disponível em: http://www.anais.ueg.br/index.php/sineep/article/view/171 Acesso em: 19 set. 2015.